

Curitiba – PR, 23 de março de 2026.

### **CARTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO - 9010**

A **GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** (“Companhia” ou “Giro SCD”) em atendimento as disposições sociais e legais previstas no Estatuto Social e no Banco Central do Brasil (“Bacen”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, conforme relação de documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa; e
- Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras individuais da Giro SCD foi aprovada pela Administração em 31 de dezembro de 2025.



**GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A**  
CNPJ: 40.112.555/0001-40

Em observância às disposições das normas citadas anteriormente, a Diretoria da Giro SCD declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório dos Auditores Independentes referente às informações semestrais individuais relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

RONALDO CAMPOS DE  
OLIVEIRA:04789812  
952

Digitally signed by  
RONALDO CAMPOS DE  
OLIVEIRA:04789812952  
Date: 2026.03.31  
15:42:03 -03'00'

FABRICIO VERMELHO  
MARTINS:001395199  
80

Assinado de forma digital  
por FABRICIO VERMELHO  
MARTINS:00139519980  
Dados: 2026.03.31 15:43:23  
-03'00'

Ronaldo Campos de Oliveira  
Diretor Presidente

DEIVIDI ALEXANDRE  
CAVARZAN:0433035  
7909

Digitally signed by  
DEIVIDI ALEXANDRE  
CAVARZAN:04330357909  
Date: 2026.03.31 15:41:23  
-03'00'

Deividi Alexandre Cavarzan  
Diretor Administrativo

Fabrcício Vermelho Martins  
Diretor Vice-Presidente

Murilo Nelson Klock  
Contador  
CRC PR 035.345-O/8



**GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.**

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas da:  
**GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.**  
Curitiba - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GIRO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

### **Parágrafo de Ênfase**

Chamamos a atenção para: **(i)** A Comparabilidade, em conformidade com o art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, pela qual a Instituição está dispensada de apresentar informações comparativas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 em relação aos períodos anteriores; **(ii)** Eventos Subsequentes: chamamos à atenção para O Banco Central do Brasil encaminhou Ofício 7568/2026-BCB/DEINF à Giro Sociedade de Crédito Direto S/A, na data de 13 de fevereiro de 2026, requisitando informações acerca dos novos limites mínimos de patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital



integralizado estabelecido pela Resolução Conjunta nº 14 de 14.11.2025 e pela Resolução BCB nº 517 de 03.11.2025, nos termos da requisição de informações e documentos – número 127264, sendo a data limite da requisição até 09.03.2026. O Banco Central do Brasil encaminhou Ofício 13509/2026-BCB/DESUC à Giro Sociedade de Crédito Direto S/A, na data de 16 de março de 2026, retificando a requisição de informações acerca dos novos limites mínimos e patrimônio líquido – Avaliação de Impacto e Estratégias de Enquadramento, informando que de acordo com as simulações realizadas pela autarquia e considerando a situação atual relativa aos valores de patrimônio líquido ajustado, capital social, bem como as atividades autorizadas ou exercidas e os adicionais de capital, é de **possível DESENQUADRAMENTO** a partir de 1º de julho de 2026. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Nossa opinião é baseada na evidência obtida por meio de procedimentos de auditoria realizados em 31 de dezembro de 2025. Portanto, não expressamos opinião sobre a situação financeira da empresa após a data de nossa auditoria.

## **Outros Assuntos**

### **Auditoria correspondente ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis anterior, findo em 30 de junho de 2024 foram examinadas por outra firma de auditoria, ocasião em que emitiu relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, sem modificação de opinião, datado de 28 de março de 2025, cuja informação deve ser considerada na leitura das demonstrações contábeis.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de março de 2026.

**CEC Auditores Independentes S/S**

CRC/PR 006.141/O-9

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Priscila Ingrid Carvalho'.

**Priscila Ingrid Carvalho – Sócia Responsável BACEN**

Contadora CRC/PR 07.6610/O-8

**Balanco Patrimonial do período findo em:**  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>ATIVO</b>	<b>4.355.116,21</b>	<b>2.133.426,18</b>
<b>CIRCULANTE E REAL A LONG PRAZO</b>	<b>1.463.989,62</b>	<b>1.092.244,94</b>
<b>DEPOSITOS BANCARIOS</b>	<b>1.108.167,86</b>	<b>1.092.244,94</b>
<b>DEP. BANC. INST. S/ CONTA RES.</b>	<b>1.108.167,86</b>	<b>1.092.244,94</b>
BANCO INTER	345.468,47	112.435,47
BANCO ITAU	266.909,21	568.312,30
BANCO TRANSFEERA	0,00	266.790,03
BANCO BTG	7.135,04	143.705,43
BANCO STR	0,00	1.001,71
BANCO TRIO	469.762,66	0,00
CONTA AUX - DEP. JUDICIAIS	18.892,48	0,00
<b>RESERVAS LIVRES</b>	<b>355.821,76</b>	<b>0,00</b>
<b>BANCO CENTRAL - OUTRAS RESERVAS LIVRES</b>	<b>355.821,76</b>	<b>0,00</b>
BANCO CENTRAL - STR	355.821,76	0,00
<b>TIT.E VAL.MOB.E INST.FIN.DER.</b>	<b>1.375.468,36</b>	<b>954.890,97</b>
<b>LIVRES</b>	<b>1.375.468,36</b>	<b>954.890,97</b>
<b>TITULOS DE RENDA FIXA</b>	<b>1.375.468,36</b>	<b>954.890,97</b>
<b>CERTIFIC DE DEPOSITO BANCARIO</b>	<b>1.375.468,36</b>	<b>954.890,97</b>
CDB - BANCO INTER	345.912,72	302.250,78
CDB - BANCO BTG	329.641,89	327.051,17
CDB - BANCO ITAU	346.321,12	325.589,02
CDB - BANCO PR BANCO	353.592,63	0,00
<b>OUTROS CREDITOS</b>	<b>1.515.658,23</b>	<b>86.290,27</b>
<b>DIVERSOS</b>	<b>1.515.658,23</b>	<b>86.290,27</b>
<b>DEVEDORES DIVERSOS - PAIS</b>	<b>1.506.558,23</b>	<b>86.290,27</b>
PENDENCIAS A REGULARIZAR	1.506.558,23	86.290,27
<b>OUTROS PAGAMENTOS</b>	<b>9.100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS PAGAMENTOS</b>	<b>9.100,00</b>	<b>0,00</b>
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	9.100,00	0,00

Reconhecemos a exatidão desta demonstração

assinatura digital  
MURILO NELSON KLOCK  
CRC/PR 035.345/O-8  
CPF 809.147.489-04

assinatura digital  
FABRÍCIO VERMELHO MARTINS  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE  
CPF 001.395.199-80

**Balanco Patrimonial do período findo em:**  
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	2025	2024
<b>PASSIVO</b>	<b>4.355.116,21</b>	<b>2.133.426,18</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.801.215,66</b>	<b>698.437,23</b>
<b>OUTRAS OBRIGACOES</b>	<b>825.163,15</b>	<b>214.171,58</b>
<b>COBRAN ARREC TRIBUTOS ASSEMELH</b>	<b>634.323,50</b>	<b>144.673,63</b>
<b>IOF A RECOLHER</b>	<b>634.323,50</b>	<b>144.673,63</b>
<b>OPERACOES DE CREDITO</b>	<b>634.323,50</b>	<b>144.673,63</b>
OPERACOES DE CREDITO	634.323,50	144.673,63
<b>FISCAIS E PREVIDENCIARIAS</b>	<b>190.839,65</b>	<b>69.497,95</b>
<b>IMPOSTOS/CONTRS/LUCROS A PAGAR</b>	<b>64.814,69</b>	<b>26.278,69</b>
IRPJ A PAGAR	45.997,44	17.734,33
CSLL A PAGAR	18.817,25	8.544,36
<b>IMPOSTOS E CONTRIB A RECOLHER</b>	<b>126.024,96</b>	<b>43.219,26</b>
<b>IMP.E CONTRIB S/SERV TERCEIROS</b>	<b>37.548,17</b>	<b>19.458,46</b>
IRRF (8045)	7.604,87	5.328,36
IRRF (1708)	15.094,34	3.446,36
PCCRF (5952)	14.848,95	10.683,73
ISSRF	0,01	0,01
<b>OUTROS</b>	<b>88.476,79</b>	<b>23.760,80</b>
COFINS	76.109,07	20.439,40
PIS	12.367,72	3.321,40
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS</b>	<b>1.976.052,51</b>	<b>484.265,65</b>
<b>CREDORES DIVERSOS - PAIS</b>	<b>1.839.258,99</b>	<b>316.307,30</b>
PENDENCIAS CRED. DIVERSOS	1.402.460,37	2.497,30
COMISSÕES S/AGENC DE CREDITO	167.143,73	182.229,47
SEGUROS S/AGENC. DE CREDITO	248.674,89	113.352,25
<b>FORNECEDORES</b>	<b>20.980,00</b>	<b>18.228,28</b>
AUDIFACTOR AUDITORES INDEPENDENTES	5.271,86	4.948,24
RBM WEB - SIST INTELIGENTES LTDA	13.584,68	5.069,40
TRANSFEERA INST DE PAGAMENTO SA	0,00	4.641,28
CODHALUM CONS E SERV EM INFORMATICA LTDA	0,00	1.525,90
DOCTORPAY COBRANÇAS LTDA	80,00	0,00
ACESSO SAUDE FRANCHISING	2.043,46	2.043,46
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>136.793,52</b>	<b>167.958,35</b>
DIVIDENDOS A PAGAR	136.793,52	167.958,35
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>1.553.900,55</b>	<b>1.434.988,95</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>1.553.900,55</b>	<b>1.434.988,95</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>
<b>CAPITAL</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>
<b>ACOES ORDINARIAS - PAIS</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>
ACOES ORDINARIAS - PAIS	1.500.000,00	1.500.000,00
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>	<b>53.900,55</b>	<b>37.721,61</b>
<b>RESERVA LEGAL</b>	<b>53.900,55</b>	<b>37.721,61</b>
RESERVA LEGAL	53.900,55	37.721,61
<b>(-) REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PAGA ANTECIPADAMENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>102.732,66</b>
<b>(-) DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>102.732,66</b>
(-) DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	0,00	102.732,66

Reconhecemos a exatidão desta demonstração

assinatura digital  
MURILO NELSON KLOCK  
CRC/PR 035.345/O-8  
CPF 809.147.489-04

assinatura digital  
FABRÍCIO VERMELHO MARTINS  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE  
CPF 001.395.199-80

**Demonstração do Resultado do período findo em:**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>16.322.620,19</b>	<b>5.050.314,62</b>
RENDA TÍT DE RENDA FIXA CDB	143.504,87	95.985,13
DE OPERAÇÕES DE CREDITO	1.915.255,56	1.228.085,85
RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	14.263.859,76	3.726.243,64
<b>(-) IMPOSTOS DIRETOS</b>	<b>(759.001,82)</b>	<b>(234.839,62)</b>
(-) DESP DE CONTRIB AO COFINS		
(-) COFINS	(652.904,80)	(202.012,58)
(-) DESP DE CONTRIB PIS/PASEP		
(-) PIS	(106.097,02)	(32.827,04)
<b>RECEITA LIQUIDA</b>	<b>15.563.618,37</b>	<b>4.815.475,00</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>15.563.618,37</b>	<b>4.815.475,00</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(15.002.549,89)</b>	<b>(4.388.764,07)</b>
(-) DESP.INTERNET	(480,00)	(297,00)
(-) SIST.PROCESSAMENTO DADOS	(452.501,59)	(155.122,45)
(-) DESP. DE CONSULTAS BACEN	(2.113,54)	(2.013,12)
(-) DESP.SERV. DE COMUNICAÇÃO VISUAL	0,00	(9.974,75)
(-) DESP.SERV. PROMOÇÃO DE VENDAS	(152.754,32)	(88.291,90)
(-) DESP. COMISSÕES	(12.948.894,83)	(3.305.077,16)
(-) DESP. ASSESSORIA / CONSULTORIA	(412.837,36)	(149.000,00)
(-) DESP. SERV.ADMINISTRATIVOS	(7.721,60)	(93.166,15)
(-) DESP. SERV. ADVOCACIA	0,00	(4.300,00)
(-) DESP.SERV. DE TERCEIROS PJs	(15.615,74)	(1.623,22)
(-) DESP.SERV. TEC.CONTABIL	(31.401,00)	(29.907,00)
(-) DESP.ASSESSORIA TECNICA	(564.240,49)	(370.801,55)
(-) DESP.ASESSORIA INFORMATICA	(413.340,57)	(177.662,35)
(-) DESP.TRIBUT.MUNICIPAIS	(42,95)	(905,69)
(-) DESP.TRIBUT.ESTADUAIS	(605,90)	(620,90)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS FEDERAIS	0,00	(0,83)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>561.068,48</b>	<b>426.710,93</b>
<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(106.668,70)</b>	<b>(2.740,33)</b>
(-) MULTAS / JUROS EM DESPESAS	0,00	(77,93)
(-) DESP. TARIFAS BANCÁRIAS	(106.668,70)	(2.662,40)
<b>RESULTADO ANTES DE PROVISÕES</b>	<b>454.399,78</b>	<b>423.970,60</b>
<b>(-) PROVISÕES P/IRPJ e CSLL</b>	<b>(130.821,02)</b>	<b>(117.653,31)</b>
(-) IMPOSTO DE RENDA	(89.925,05)	(81.745,08)
(-) CONTRIBUICAO SOCIAL	(40.895,97)	(35.908,23)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>323.578,76</u></b>	<b><u>306.317,29</u></b>
	<b><u>323.578,76</u></b>	<b><u>306.317,29</u></b>

Reconhecemos a exatidão desta demonstração

assinatura digital  
MURILO NELSON KLOCK  
CRC/PR 035.345/O-8  
CPF 809.147.489-04

assinatura digital  
FABRÍCIO VERMELHO MARTINS  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE  
CPF 001.395.199-80



**Demonstração do resultado abrangente do período findo em:**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>
Resultado Líquido do Período	323.578,76
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b><u><u>323.578,76</u></u></b>

Reconhecemos a exatidão desta demonstração

assinatura digital  
MURILO NELSON KLOCK  
CRC/PR 035.345/O-8  
CPF 809.147.489-04

assinatura digital  
FABRÍCIO VERMELHO MARTINS  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE  
CPF 001.395.199-80



**Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período findo em:**  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Histórico</b>	<b>CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO Capital Social</b>	<b>RESERVAS DE LUCROS Reserva Legal</b>	<b>REMUNERAÇÃO DO CAPITAL Dividendos pg. Antecipadamente</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2024	1.500.000,00	37.721,61	(102.732,66)	1.434.988,95
Dividendos			102.732,66	102.732,66
Constituição de Reservas	0,00	16.178,94	0,00	16.178,94
Saldo em 31/12/2025	1.500.000,00	53.900,55	0,00	1.553.900,55

Reconhecemos a exatidão desta demonstração

assinatura digital  
MURILO NELSON KLOCK  
CRC/PR 035.345/O-8  
CPF 809.147.489-04

assinatura digital  
FABRÍCIO VERMELHO MARTINS  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE  
CPF 001.395.199-80



**Demonstração do fluxo de caixa do período findo em:**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do período	323.578,76	306.317,29
IRPJ e CSLL do período	130.821,02	117.653,31
LUCRO OPERACIONAL BRUTO ANTES DAS MUDANÇAS NO CAPITAL DE GIRO	454.399,78	423.970,60
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	0,00	19.531,23
(Aumento) Redução em contas a receber e outros	(1.429.367,96)	68.709,38
Aumento (Redução) em fornecedores	1.522.951,69	193.439,08
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	572.455,57	80.397,13
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	1.120.439,08	786.047,42
Impostos de Renda e Contribuição Social pagos	(92.285,02)	(95.528,51)
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	1.028.154,06	690.518,91
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.028.154,06	690.518,91
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Lucros e Dividendos Pagos	(235.831,99)	(131.376,21)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	0,00	(24.990,30)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(235.831,99)	(156.366,51)
Aumento nas Disponibilidades	792.322,07	534.152,40
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	2.047.135,91	1.615.716,17
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	2.839.457,98	2.047.135,91

Reconhecemos a exatidão desta demonstração

assinatura digital  
MURILO NELSON KLOCK  
CRC/PR 035.345/O-8  
CPF 809.147.489-04

assinatura digital  
FABRÍCIO VERMELHO MARTINS  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE  
CPF 001.395.199-80

---

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.**

**1) Contexto Operacional**

---

A Giro Sociedade de Crédito Direto S/A é uma sociedade anônima de capital fechado e com fins lucrativos, tributada pelo Lucro Real, sediada na Rua Comendador Araujo, nº 565, Cj. 601, Andar 06, Condomínio Augusto, Prolik CT EM Bairro Centro, Curitiba – PR. Conforme previsto no artigo 3º do seu Estatuto Social, se dedica ao objeto social inerente às Sociedade de Crédito Direto (“SCD”), como realização de empréstimos, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Prestar serviços de análise de créditos para terceiros; cobrança de crédito de terceiros, atuar como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito em meio de plataforma eletrônica. Obteve autorização do Banco Central do Brasil, para exercer a atividade, aos 06/10/2020 e teve seu ato constitutivo devidamente registrado/arquivado na Junta Comercial do Paraná, aos 14/12/2020.

**2) Base para Preparação**

---

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, com a Resolução BCB Nº4.818/20 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

<b>Procedimentos CPC</b>	<b>Resolução BACEN/CMN</b>
CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de dem contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações	3.989/11
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
CPC 24 – Evento subsequente	3.973/11
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados	4.424/15
CPC 41 – Resultado por ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do valor justo	4.748/19

**Continuidade operacional:** a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

## **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

### **2.3. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, Instrumentos Financeiros**

A Resolução CMN nº4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições contábeis e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, a Giro SCD realizou o mapeamento de todas as principais entregas regulatórias que devem ser realizadas a partir da emissão da norma, segregando a sua importância e tempestividade, com o propósito de demonstrar uma linha do tempo para a sua implantação. Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.

## **3) Resumo das Principais Práticas Contábeis**

---

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são as seguintes:

### **3.1. Reconhecimento de receitas**

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.

### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **3.3. Contas a receber**

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações contábeis. A Empresa reconhece perda para crédito de liquidação duvidosa quando a Administração entende ter risco de perda na realização de tais créditos (perda esperada).

### **3.4. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

### 3.5. Instrumentos financeiros

#### a) Títulos e valores mobiliários:

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001, emitida pelo BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias:

**Títulos para negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

**Títulos disponíveis para venda:** que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

**Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e capacidade financeira de serem mantidos até o vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço no resultado do período.

Eventuais perdas não temporárias no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e passam a compor sua nova base de custo.

#### b) Operações de Crédito:

Conforme a Resolução do CMN nº 4.656/18, a SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

A Companhia origina operações de crédito que são autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Atualmente a Companhia tem originado operações e realizado cessão sem coobrigação de sua carteira de crédito no mesmo dia da originação das operações. As operações que eventualmente constam em balanço são operações que serão cedidas no próximo dia útil

### **c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99. Considerando que a companhia realiza a cessão integral de suas operações de crédito, não há contabilização de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

### **3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

### **3.7. Tributação sobre renda**

Tributos correntes

**(i) Imposto de renda pessoa jurídica:** o IRPJ é apurado pelo lucro real, estimativa mensal é calculado mediante a aplicação, da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro apurado no período e da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00.

**(ii) Contribuição social sobre o lucro líquido:** a contribuição é calculada mediante a aplicação da alíquota de 20% sobre a base de cálculo apurada no trimestre.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### **3.8. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Dessa forma, a Empresa continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais do fluxo de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar o fluxo de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

### 3.9. Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 3.4., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis.

- **Provisões para riscos**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

- **Provisão para perda de crédito esperada**

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização.

- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

---

#### 4) Disponibilidades

---

A conta “Disponibilidades” compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e estão dispostos da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2025</b>
Bancos c/ movimento	1.092	1.108
Reservas Livres	-	356
CDB Banco Inter	302	346
CDB Banco BTG	327	330
CDB Banco ITAU	326	346
CDB Banco PR Banco	-	353
<b>Total Caixas e equivalentes</b>	<b>2.047</b>	<b>2.839</b>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se aos investimentos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) com títulos privados em moeda nacional, remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (93% a 100% do CDI em média) sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Garantias:** Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam aplicações financeiras dadas como garantias aos empréstimos e financiamentos.

---

#### 5) Devedores Diversos

---

A conta “Devedores diversos” se referem a valores transitórios de recebimentos que não foram sensibilizados no banco e baixaram seus respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 86.290,27 (Oitenta e seis mil, duzentos e noventa Reais e vinte e sete centavos) enquanto em 31 de dezembro de 2025 era R\$ 1.506.558,23 (Um milhão, quinhentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito Reais e vinte e três centavos).

---

#### 6) Obrigações tributárias

---

A conta “Obrigações tributárias” estão dispostas da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2025</b>
IOF a Recolher	145	634
IRPJ a Recolher	18	46
CSLL a Recolher	8	19
Impostos S/ Serv/ Terceiros	19	38
PIS/COFINS a Recolher	24	88
<b>Total de Obrigações tributárias</b>	<b>214</b>	<b>825</b>

## 7) Obrigações estatutárias

A conta “obrigações estatutárias” se referem a valores de dividendos destinados a pagar aos acionistas da Giro que serão pagos à medida que o fluxo de caixa permita que a obrigação seja liquidada sem afetar o volume de operações de crédito originadas. Ao final do exercício de 2024 o saldo remanescente de dividendos a pagar era de R\$ 65.225,69 (sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos). Em 2025 esse saldo era de R\$ 136.793,50 (cento e trinta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).

## 8) Outras Obrigações

A conta “outras obrigações” são referentes as comissões que a Companhia paga para intermediários explorarem e captarem negócios em nome da Giro SCD, além de valores pendentes a repassar devido aprovação da contratação de crédito e a não liberação dos recursos e estão dispostos da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2025</b>
Valores a liberar	2	1.402
Correspondentes Bancários a Pagar	182	167
Seguros	114	249
<b>Total de Outras obrigações</b>	<b>298</b>	<b>1.818</b>

## 9) Outras Obrigações

**9.1 – Capital Social** – O Capital Social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), representado por 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**9.2 – Reserva Legal** – A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

## 10) Lucro Bruto

O Lucro Bruto é composto de receitas operacionais deduzidas às deduções das Receitas operacionais, composto por:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Receitas operacionais</b>	<b>5.051</b>	<b>16.323</b>
Receitas de operação de crédito	1.229	1.915
Receita de títulos de renda fixa (CDB)	96	143
Recuperação de encargos e despesas	3.726	14.263
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(235)</b>	<b>(759)</b>
COFINS S/ receita	(202)	(653)
PIS S/ receita	(33)	(106)
<b>Lucro bruto</b>	<b>4.816</b>	<b>15.564</b>

## 11) Despesas Administrativas

A conta “Despesas administrativas” é composta por despesas incorridas nos períodos referentes atividades suportes que subsidiam atividade fim dos seus respectivos negócios e estão dispostas da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>
Processamento de dados	(155)	(452)
Sistema financeiro	(5)	(109)
Serviços de terceiros	(3.651)	(13.538)
Serviços técnicos e especializados	(579)	(1.009)
Taxas federais/estaduais/municipais	(1)	(1)
<b>Total Despesas administrativas</b>	<b>(4.391)</b>	<b>(15.109)</b>

## 12) Contingências

A Companhia não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

## 13) Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período de 31 de dezembro de 2025 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.